

Portugal : o poder local por entre caciques corruptos

Publicado em 2025-09-27 17:24:01



A República das Juntas: Corrupção em Nome da Pátria Local

por Francisco Gonçalves (com Augustus Veritas)

Alerta:

Se um dia o Ministério Público resolvesse investigar *todas* as Câmaras Municipais de Portugal — sem exceções, sem compadrios — **mais de 80% dos autarcas, actuais e passados, teriam de prestar contas nos tribunais. E muitos... teriam de as prestar de fato-macaco.**



O betão é rei. E o povo, peão.

Durante décadas, as Câmaras Municipais foram o **condomínio privado da cleptocracia local.**

Aqui, o cimento serve mais para cimentar redes de interesses do que para construir bem-estar.

E os concursos públicos são mais bem afinados que orquestra sinfónica paga com avença.

Presidências de junta transformam-se em tronos feudais.

Empreitadas em esquema familiar.

Votações em moeda de troca.

E o povo?

Contenta-se com rotundas floridas, festas de verão e a promessa de que "se precisares, falo com o vereador".



As práticas que todos conhecem (mas ninguém denuncia)

- Obras públicas a serem adjudicadas "**por ajuste directo**", sempre às mesmas empresas;
- Parques industriais **fantasmas**;
- Contratos milionários de consultoria **para amigos e primos**;
- Urbanizações aprovadas com **alterações de última hora**;
- Votos comprados com empregos, requalificações e promessas que morrem na ata da Assembleia;
- **Avenças a recibo verde** para "prestação de serviços" de quem nem sequer sabe usar email.

*Tudo isto sob o pretexto da “proximidade ao cidadão”.
Quando, na verdade, é **proximidade... ao orçamento público**.*



O ciclo vicioso da impunidade

1. Um escândalo rebenta numa câmara qualquer.
2. A PJ abre inquérito.
3. O autarca diz: “tenho a consciência tranquila”.
4. O MP demora 6 anos.
5. Prescreve.
6. O autarca volta... como deputado.



Uma auditoria nacional?

Impossível — e por isso mesmo urgente

Se houvesse uma **auditoria independente, transversal e digital** às contas, contratos, adjudicações e redes familiares em **TODAS** as autarquias do país...

- ...os tribunais não teriam espaço suficiente.
- ...as prisões ficariam cheias de ex-edis, engenheiros camarários, assessores e “coordenadores de projetos europeus”.
- ...o país acordaria para o pesadelo da sua própria democracia capturada.



E os partidos? E os governos?

Calam-se.

Protegem-se.

Nomeiam os mesmos de sempre.

Porque os autarcas são peões eleitorais.

Garantem votos, cacicados, transportes para comícios, ruas com bandeiras e eleições que se ganham com jantares pagos.

*A democracia local, em Portugal, é muitas vezes **um teatro onde o figurante é o povo — e o protagonista, o bolso de quem manda.***

Conclusão: a revolta necessária

Não é preciso mais leis.

É preciso **mais coragem.**

- Coragem para auditar.
- Coragem para prender.
- Coragem para dizer basta.
- Coragem para votar em rostos limpos — não em slogans gastos.

Porque uma autarquia não é uma herdade.

Uma Câmara não é um cofre privado.


*E um autarca **não é senhor feudal da sua freguesia.***

Portugal não será um país livre enquanto cada Câmara for um microcosmo de corrupção autorizada.

E se ninguém tem coragem para dizer isto nos jornais...
então que o digamos nós. Em voz alta. E em nome de todos os que pagam — e não roubam.



Fragmentos do Caos: [Blogue](#) • [Ebooks](#) • [Carrossel](#)

 Esta página foi visitada ... vezes.

